

Emendas ameaçam mudar Carta de novo

Prazo na metade, 326 já foram apresentadas, sendo muitas de mérito

JULIO ALCANTARA

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

No caminho aberto pela Comissão de Redação, os constituintes decidiram aproveitar a atual fase de emendas — que deveriam limitar-se à correção gramatical do projeto de Constituição — para alterar o mérito dos dispositivos aprovados pelo plenário. Encerrado o primeiro dia do prazo para apresentação de propostas — que podem ser encaminhadas até as 18 horas de hoje — a Secretaria Geral da Constituinte contabilizava ontem um total de 326 emendas, aditando, suprimindo ou modificando os mais diversos pontos do projeto. Horas antes, o senador Jarbas Passarinho, co-presidente da Comissão de Redação, afirmava que o prazo destinado ao órgão — até o próximo dia 20 — teria que ser prorrogado caso o número de emendas ultrapassasse os 300.

Embora insista na impossibilidade de discussão de todas as propostas em período tão exiguo, o próprio Passarinho admite que a sua tese de prorrogação dos trabalhos dificilmente será aceita: "No final, como sempre, prevalecerá a decisão monárquica do deputado Ulysses Guimarães, que já tem declarado publicamente a sua disposição de manter a sessão do dia 22", protestou o parlamentar.

Na opinião do senador paraense, a receita do presidente da Constituinte para acelerar os trabalhos da Comissão deverá ser a recusa de grande parte das emendas encaminhadas, sob o argumento de que referem-se — como de fato ocorre — ao mérito do projeto constitucional. "Acontece que tanto os relatores quanto a própria Comissão de Redação já fizeram alterações de conteúdo no texto, ainda que com o objetivo de sanar omissões graves. O mesmo aconteceu no segundo turno de votações, quando o deputado Ulysses Guimarães passou por cima do regimento e aceitou matéria nova", lembrou Passarinho.

Na expectativa de novas modificações, os lobistas voltaram a circular ontem pela Constituinte. De um deles, um funcionário da Secretaria Geral chegou a receber um pacote de emendas assinadas por diferentes parlamentares, todas relativas ao mérito do projeto. Os que não conseguiram assegurar seus interesses no plenário, estão aproveitando esta última chance; os que conseguiram, tratam de preservar as conquistas.

TODOS OS GOSTOS

O campeão de emendas ontem foi o paraibano Aluizio Campos (PMDB), com um total de 56 — e ele promete chegar às 100 hoje. Campos sugere alterações em todos os títulos do projeto, a começar pelo preâmbulo, do qual pretende excluir a boa ordem internacional como objetivo da sociedade pluralista que os constituintes idealizaram para o País.

O deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE) encaminhou poucas emendas, mas todas relacionadas ao conteúdo do projeto. Em uma de suas propostas, que altera o inciso II do artigo 56, o deputado cearense sugere a supressão pura e simples do prazo máximo — de 120 dias — que um parlamentar pode permanecer licenciado, a cada ano, de suas atividades legislativas. Na opinião de Alcântara, esta limitação "não traz qualquer benefício à Casa ou ao parlamentar".

A deputada Abigail Feitosa (PSB-BA) propõe uma modificação ainda mais profunda no projeto, nada menos que um novo parágrafo a ser incorporado ao artigo 53. Feitosa quer que a incorporação de deputada

dos e senadores às Forças Armadas e às Forças Auxiliares, ainda que sejam militares e o País esteja em guerra, submeta-se à prévia licença da Casa a que pertencer o parlamentar.

Como nas demais fases da Constituinte, o Ministério Público recebeu atenções especiais. Os deputados Ivo Mainardi (PMDB-RS) e Carlos Vinagre (PMDB-PA) emendaram o inciso III do artigo 96 para eliminar a limitação jurisdicional que incidia sobre o julgamento de promotores pelos Tribunais de Justiça. Pela proposta dos dois, os membros do MP serão julgados por qualquer Tribunal de Justiça, e não apenas por aqueles junto aos quais oficiem. A medida beneficia também os promotores encarregados de funções burocráticas.

Perfeccionista, o deputado José Santana (PFL-MG) achou que o inciso I, § 2º do artigo 73 estava obscuro e decidiu "aprimorar" sua redação. Resultado: de três linhas o dispositivo passou a contar com 7. E foi ampliado: pela proposta de Santana, o presidente da República terá que realizar "amplo recrutamento" ao escolher o terço que lhe compete entre os ministros do Tribunal de Contas da União.

Quem também encontrou dispositivos obscuros foi a deputada Moema São Thiago (PSDB-CE). O artigo 240, na opinião dela, deixa dúvidas quanto à relação salarial entre delegados de polícia e promotores públicos, que a seu ver deve ser de isonomia quando no desempenho das mesmas funções e não de equiparação, como alguns supõem.

A liderança do PMDB encaminhou 17 emendas ao projeto, a maior parte relativa mesmo à redação do texto. Mas há propostas de conteúdo, como a que determina serem gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania e às ações de habeas-corpus e habeas-data. Nos termos em que foi apresentada, a emenda garante gratuidade a todos, independente de situação financeira.

O vice-campeão de emendas é o deputado Nelson Aguiar (PDT-ES), com 32 sugestões de correção gramatical. Segue-o de perto o pernambucano Nilson Gibson (PMDB), que, entre outras sugestões, transforma a apreciação do projeto de lei orçamentária e não a aprovação, como prevê o texto do plenário — em pré-requisito para o encerramento da sessão legislativa. Proposta idêntica encaminhou o deputado Osvaldo Trevisan.

Outra inovação sugerida por Gibson é a supressão do inciso V do artigo 7º, segundo o qual "ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato". O deputado Paulo Roberto Cunha (PDC-GO) segue o mesmo caminho: ele quer eliminar a imunidade tributária que o plenário conferiu aos sindicatos de trabalhadores.

Vanguardista, o deputado Antônio Mariz pretende modificar uma frase que integra todas as Constituições brasileiras desde 1934. Ele acha que "todo poder emana do povo" é uma oração com verbo fraco. O ideal seria: "Todo poder é do povo".

Diluidas entre diversos autores, a liderança do PDT patrocinou a apresentação de mais de cem emendas. O PT promete seguir o exemplo hoje, último dia do prazo concedido pelo deputado Ulysses Guimarães, depois de ter consultado as "bases" durante todo o dia de ontem. Também se aguarda para hoje a emenda prometida pelo deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), restabelecendo o tabelamento de juros à condição de inciso e, desta forma, protelando a sua vigência até a regulamentação por lei complementar.



Ulysses reuniu a Mesa da Constituinte para fixar o programa da promulgação

Missa abre promulgação

Está definido o programa do dia 5 de outubro, da promulgação da Constituição, que começará com missa ecumênica às 9h, no gramado do Congresso Nacional. As 15h30 será instalada a sessão solene em que o presidente Ulysses Guimarães assinará a Carta, prestará juramento e dará por encerrada a Assembleia Nacional Constituinte. A programação, que contará com mais de dois mil presentes, inclui ainda um rápido coquetel para cumprimentos e lançamento de selo alusivo ao dia, e um jantar oficial oferecido aos convidados estrangeiros.

Das galerias do plenário da Câmara, que serão transformadas em tribuna de honra — ao plenário só

os constituintes terão acesso — presidentes de Parla-mentos de todos os países americanos, dos países de língua portuguesa e do Parlamento espanhol, o corpo diplomático, governadores de Estados, presidentes de Assembleias Legislativas, dos Tribunais Superiores, das Confederações de trabalhadores e de empresários, das centrais sindicais, ministros de Estado e autoridades eclesásticas assistirão à assinatura da nova Carta. A Mesa será composta pelos seus seis membros, mais o presidente Sarney, o presidente do Congresso, Humberto Lucena, o relator Bernardo Cabral e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer.

Pela expectativa do 1º se-

cretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro, a data da promulgação envolverá todos os brasileiros. Ele chegou a sugerir a Ulysses, que já havia sugerido ao presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, que os sinos de todas as igrejas brasileiras badalasses às 15h30. Dom Luciano ficou de providenciar este evento. Possivelmente, ainda, será feriado no Distrito Federal e feriado facultativo no resto do País, dependendo do que ficar acertado entre Ulysses e Sarney.

Enquanto a Constituição estiver sendo promulgada, as Forças Armadas realizarão um "programa especial", ainda não definido, do lado de fora do Congresso. Marcelo Cordeiro

adiantou que haverá uma banda militar para acompanhar toda a festa e salva de tiros de canhão. Depois da assinatura, Ulysses Guimarães prestará juramento à Carta, acompanhado por todos os constituintes. Depois será a vez do presidente Sarney e do presidente do Supremo Tribunal Federal prestarem juramento. A sessão solene será encerrada por um pronunciamento de Ulysses que dará por encerrada a Constituinte e, simbolicamente, entregará a Constituição à população.

Encerrada a sessão, todos os presentes ocuparão o Salão Negro do Congresso Nacional para a solenidade de lançamento do bloco de selo, envelope e carimbo de 1º dia do selo alusivo à data. Seu valor é de Cz\$ 550,00 e, segundo informações da Empresa de Correios e Telégrafos, será o selo mais importante dos últimos anos e um dos mais esperados pelos colecionadores, reproduzindo desenho do artista Alvaro Martins que mostra o Congresso ao entardecer. Quadra 911 Sul, foi grande para a celebração da missa por intenção da alma do ex-general Golbery do Couto e Silva, que faleceu em 16 de setembro de 1987. Compareceram apenas os familiares e os amigos mais íntimos da família. O ministro Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general da reserva do Exército, foi a única autoridade do governo que compareceu ao ato litúrgico.

Outra presença notada foi a do general da reserva Moraes Rêgo. Ele exerceu durante o governo do general Ernesto Geisel a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República, enquanto Golbery ocupava a chefia do Gabinete Civil. O então general de Exército Ivan de Souza Mendes era o chefe do Departamento de Engenharia do Exército. Uma presença marcante foi a do fiel amigo Onoyama, conhecido floricultor do Distrito Federal.

Alguns amigos de Golbery não estranharam o pequeno número de pessoas que compareceu à capela. Um lembrou a missa celebrada por intenção da alma do ex-presidente Tancredo Neves: a missa de sétimo dia congestionou o santuário Dom Bosco. Na missa de 30 dias, a igreja ficou vazia, e somente teve presença do corpo oficial, porque era quase que obrigatório. No ato de 60 dias, poucas pessoas foram ao santuário, e as únicas autoridades presentes foram o governador José Aparecido de Oliveira e o então ministro da Justiça, Fernando Lyra. Diante da falta de público, a missa de um ano não foi celebrada.

O velório de Golbery do Couto e Silva foi realizado no salão do Tribunal de Contas da União (TCU). Foi bastante concorrido e contou com a presença do presidente José Sarney e de vários ministros. Hoje, os amigos sumiram. Nem mesmo o capitão Heitor Aquino Ferreira, secretário particular de Geisel e de João Batista Figueiredo, e que vivia ao lado de Golbery, não compareceu. Podia se esperar também a presença de alguns ministros do atual governo, já que viviam adorando o ex-ministro.

Golbery do Couto e Silva, general da reserva, ficou no governo durante oito anos: entrou no governo em 1974 com Geisel e saiu em 6 de agosto de 1981, por discordar da postura do governo com relação ao episódio Riocentro, onde militares tentaram jogar bombas durante um show musical em comemoração do dia primeiro de maio. Ele ficou conhecido como o "bruxo" do poder, por ser um estrategista do gover-

Volta apelo por presença

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, voltou a insistir ontem na presença dos parlamentares em Brasília na próxima semana. A exemplo das vezes anteriores, ele fez o apelo no programa Diário da Constituinte. Pediu que ninguém assuma compromisso na quinta-feira, quando, às 9h30, será iniciada a votação em plenário da redação final do texto constitucional, e lembrou que esse procedimento será cobra-

do por todos os brasileiros.

— Precisamos de você, amigo constituinte. Não assumo outro compromisso para o dia 23 próximo — disse ele.

Em tom didático, argumentou ainda que não haverá Constituição sem a promulgação e que esta depende da votação final da redação.

— A Nação deve a você mais esse serviço. Não falte — insistiu.